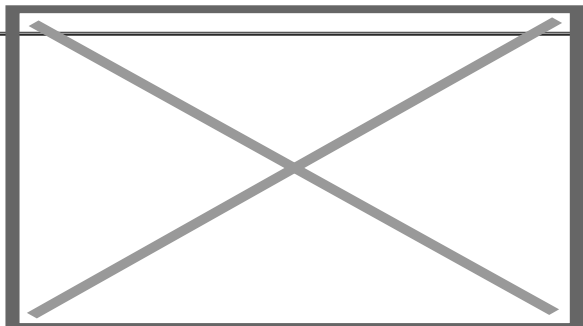


Peste ou cólera: nenhum voto em Le Pen | Mauricio Durá

23/04/2022



Por 15 anos, o voto anticapitalista da França Insubmissa

creceu na França ao mesmo tempo em que, antes de cada segundo turno presidencial, e há três, tem que enfrentar o dilema de derrotar a extrema direita de Le Pen (primeiro pai e depois filha) com o voto na direita neoliberal.

A constituição da chamada “frente republicana” para conter a extrema direita marcou a política francesa nesses cinco anos, bem como a da Alemanha e, em maior ou menor grau, a de outros países da União Europeia. Hoje, a extrema direita governa em países como a Hungria (Orban) e a Polônia (Morawiecki). Em alguns, ela faz isso junto com a mão direita quando a soma de ambos permite. O atual governo na Itália é sustentado graças à extrema direita (Liga do Norte), na Áustria o fez entre 2017 e 2019, na Finlândia (2015-2019) e na Holanda (2010-2021).

A posição da União Europeia, diante dessa ascensão da extrema direita, oscilou entre uma retórica de reprovação propensa aos chamados “cordões sanitários” e passividade. Não houve nenhuma medida concreta contra esse fenômeno ou contra esses governos. A ameaça de sanções contra a Hungria e a Polônia por sua deriva autoritária não se concretizou, e ambos os países continuam sendo membros de pleno direito e beneficiários de fundos comunitários. Atualmente, apenas a França, a Alemanha e a Bélgica mantêm restrições legais à extrema direita.

Os interesses da agenda neoliberal europeia continuam a priorizar a globalização nas mãos de grandes conglomerados econômicos e capital financeiro em detrimento de uma agenda social e de direitos humanos. O resultado é que a extrema-direita está crescendo na Europa e, com o passar do tempo, sua presença no cenário político se normaliza. Há uma ideia crescente de que sua presença é uma realidade que representa a opinião de um setor (em crescimento) da população e que uma “sociedade democrática” não pode ignorar. Toda uma geração na Europa nasceu e cresceu com esse ator político dentro das legislaturas e executivos; uma Europa que diluiu seu discurso antifascista após a Segunda Guerra Mundial.

A ideia do cordão sanitário ou restrições legais à extrema-direita, portanto, é diluída uma vez que a normalização da presença de partidos de extrema direita leva à normalização de seu discurso e programa. A direita e até mesmo setores da centro-esquerda estão incorporando, em suas políticas, medidas anti-imigração, anti-identidade cultural, racistas e anti-pobres e machistas contra a “ideologia de gênero”.

Qual foi a resposta de Macron para conter a extrema direita durante seus 10 anos no cargo?

As “frentes republicanas” não significaram a implementação de políticas que incorporam propostas da esquerda e da centro-esquerda que o elevaram à presidência com seu voto crítico. As ideias incorporadas ao

seu programa vêm da extrema direita. Ao mesmo tempo, a agenda neoliberal se intensificou.

Jean-Luc Mélenchon, com 21,95% dos votos, estava a apenas 1,2% de passar para o segundo turno, o que teria permitido enfrentar dois modelos econômicos e sociais no coração da Europa. Considerando que as outras cinco candidaturas no campo da esquerda e da centro-esquerda obtiveram 11,1%, é inevitável que a esquerda francesa e seus diferentes partidos estejam imersos em um debate crítico sobre essa situação.

Esperemos que o resultado desses debates lhes permita, com base nos princípios do socialismo democrático, estabelecer uma agenda e uma intervenção comum tanto nos processos eleitorais quanto, como Mélenchon enfatiza repetidamente, nas ruas. As vitórias nas urnas não são suficientes para sustentar uma alternativa anticapitalista ao neoliberalismo. É essencial construir uma nova hegemonia, com o apoio ativo das organizações populares e da sociedade.

Se o lançamento das diferentes candidaturas de esquerda já gerou na época um debate interno em seus respectivos partidos, o resultado eleitoral só evidenciou a relevância desse debate. Debate interno que já está em andamento, em grande parte, com a pressão da proximidade das eleições legislativas (12 de junho de 2022). Tanto o Partido Socialista (1,7%) quanto o Partido Comunista Francês (2,3%) já bateram às portas da França Insubmissa. Sua presença no parlamento e, no caso do PS, sua existência, está em jogo. No caso dos Verdes (4,6%), o debate é de maior importância, já que o lançamento de sua própria candidatura já havia gerado um pólo crítico de cerca de 30%.

Nenhum desses três partidos excedeu 5% dos votos, o que os exclui do acesso a recursos públicos para cobrir as despesas eleitorais. Somado à crise política está uma crise financeira.

O Novo Partido Anticapitalista (NPA) não estava isento de um intenso debate tático e estratégico que levou alguns setores a apoiar Mélenchon no primeiro turno (isso já havia acontecido nas eleições de 2017) e outros a romper com essa formação. Possivelmente seu debate é o que pode gerar o resultado mais dramático. De qualquer forma, seu resultado eleitoral não excedeu 0,8%. Por sua vez, a Luta Operária não excedeu 0,7%.

Essa divisão da esquerda também contribuiu para a desmobilização parcial do voto jovem, no qual a candidatura de Mélenchon tem maior apoio.

Neste contexto, tanto Mélenchon quanto seu eleitorado estão sujeitos a uma forte pressão da mídia e institucional que pede o voto em Macron como forma de deter a extrema-direita. Extrema-direita que cresceu à sombra desses mesmos atores. Atores que veem com medo um ator político, a França Insubmissa, que não representa apenas uma opção eleitoral, mas é construída como um questionador de uma globalização neoliberal e suas estruturas econômicas, institucionais, midiáticas e culturais. Atores que buscam não apenas o voto em Macron, mas também infligir uma derrota moral e desmobilizar o eleitorado de esquerda. A França Insubmissa tomou boa nota desses 15 anos e está ciente dessa estratégia. Foi a direita que levou a extrema-direita às portas da presidência na França. Foi a esquerda que lutou contra a extrema direita.

A França Insubmissa representa um projeto estratégico antineoliberal e antifascista. Um projeto que não deve ser submetido a essa pressão devido a uma dualidade que o próprio sistema alimentou e que tem sido funcional para ele. Com sua orientação para o segundo turno (nenhum voto em Le Pen), França Insubmissa mostra a capacidade de não se curvar a essa pressão, colocar o debate do segundo turno no campo das táticas eleitorais e pedir o “terceiro turno” que acontecerá tanto nas legislaturas de junho quanto nas ruas.

O eleitorado de esquerda está pressionando por uma unidade dos partidos diante dos próximos desafios deste terceiro turno. É responsabilidade da esquerda organizada em partidos, sindicatos e movimentos sociais, independentemente da opção adotada antes do segundo turno presidencial, continuar construindo uma alternativa ao neoliberalismo e ao fascismo que, no contexto atual, significa que, diante da praga ou raiva: nenhum voto em Le Pen.

Compartilhe nas redes: